

HABEAS CORPUS Nº 548.873 - SC (2019/0358244-1)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : PRISCILA PREZELIN MARINHO E OUTRO
ADVOGADOS : JOSÉ CORREIA DE AMORIM - SC001015
PRISCILA PREZELIN MARINHO - SC025099
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : FRANCISCO JANUARIO FIN (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar deduzido em sede de **habeas corpus** impetrado em favor de FRANCISCO JANUARIO FIN, contra acórdãos prolatados pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado pelo Tribunal do Júri às penas de 9 anos de reclusão, 3 meses e 15 dias de detenção e ao pagamento de 10 dias-multa, em regime fechado, por violação ao art. 121, § 2º, inciso VII, c.c art. 14, inciso II, art. 329, §2º e art. 147, **caput**, todos do Código Penal, e ao art. 16, **caput**, da Lei n. 10.826/2003.

Ao proferir a sentença condenatória, o d. Juiz presidente do Tribunal do Júri negou o recurso em liberdade.

Nos autos do HC 510.039/SC, julgado por esta Corte Superior, o pedido de ausência de fundamentação do decreto prisional do ora paciente não foi conhecido em razão da supressão de instância, no ponto.

Alega o impetrante que *"POR TAIS RAZÕES, IMPETROU NOVAMENTE OUTRO HABEAS CORPUS (N. 4030202-82.2019.8.24.0000), PARA O TJSC PARA QUE FOSSE DEFINITIVAMENTE JULGADO O MÉRITO DESTA, POIS OS SEUS FUNDAMENTOS SÃO DIVERSOS DO PRIMEIRO HABEAS CORPUS DENEGADO DE N. 4033971 - 35.2018.8.24.0000, CONSIDERANDO QUE O OUTRO DE N. 4013552-57.2019.8.24.0000, FOI EQUIVOCADAMENTE NÃO CONHECIDO POR*

ENTENDER O NOBRE DESEMBARGADOR RELATOR QUE INEXISTENTE DE NOVOS FATOS E FUNDAMENTOS DE DIREITO. OCORRE QUE MAIS UMA VEZ REFERIDO HABEAS CORPUS DO NEGADO, CONFORME DECISÃO QUE SEGUE ANEXO, POSTO SE TRATAR DE REINTERAÇÃO DOS PEDIDOS ANTERIORES." (fl. 6, grifei).

Postula o impetrante, no presente **writ**, em linhas gerais, a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente, em razão da alegada ausência de fundamentação idônea para a sua segregação cautelar, sustentando, ainda, que *"OS NOBRES DESEMBARGADORES DO TJSC SE NEGAM A JULGAR O PEDIDO DE HABEAS CORPUS É QUE SE INTERPÕE NOVAMENTE O PRESENTE"* (fl. 7).

É o breve relatório.

Decido.

A análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência, até mesmo porque as alegações contidas no bojo da inicial do **mandamus** demandam cognição exauriente do processo, possível tão somente após as informações a serem prestadas pela autoridade apontada como coatora e o oferecimento do parecer do Ministério Público Federal.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de primeiro grau, bem como ao eg. Tribunal de origem.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator